



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO BÁSICA PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA

CLÁUDIA DE OLIVEIRA DIAS QUARESMA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA
COM AUTISMO

CAJAZEIRAS-PB
2023

CLÁUDIA DE OLIVEIRA DIAS QUARESMA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA
COM AUTISMO**

Artigo entregue à Universidade Federal de Campina Grande, ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação Básica para a Educação Básica, para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Nozângela Maria Rolim Dantas.

**CAJAZEIRAS-PB
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

Q18d	<p>Quaresma, Cláudia de Oliveira Dias. Desafios e possibilidades da escola para a inclusão da criança com autismo / Cláudia de Oliveira Dias Quaresma. – Cajazeiras, 2023. 27f. : il. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas. Artigo Monográfico (Especialização Formação Docente-Educação Básica) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Inclusão escolar. 2. Transtorno do Espectro Autista - TEA. 3. Crianças autistas - Ambiente escolar. 4. Aprendizagem - Crianças autistas. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 376

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

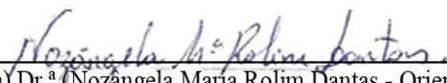
CLÁUDIA DE OLIVEIRA DIAS QUARESMA

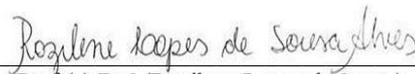
**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA PARA INCLUSÃO DA
CRIANÇA COM AUTISMO**

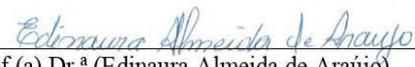
Artigo monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção de Certificação da Pós-Graduação *Lato sensu* em Formação Docente para a Educação Básica, da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas

Aprovado em: 08 / 12 /2023.


Prof. (a) Dr.^a (Nozângela Maria Rolim Dantas - Orientadora)


Prof (a) Dr.^a (Rozilene Lopes de Sousa)


Prof (a) Dr.^a (Edinaura Almeida de Araújo)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 AUTISMO E ESCOLA: PRIMEIROS PASSOS PARA A INCLUSÃO	7
2.1 Conhecendo o Autismo	7
2.2 Legislação de apoio à inclusão de pessoas com autismo na escola	9
2.3 A escola enquanto espaço de inclusão	11
3 METODOLOGIA.....	13
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
CONCLUSÃO.....	21

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO

Cláudia de Oliveira Dias Quaresma¹
Nozângela Maria Rolim Dantas²

RESUMO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas é um desafio que requer abordagens cuidadosas e estratégias específicas para garantir o desenvolvimento e a aprendizagem adequada dessas crianças. Este trabalho tem como objetivo explorar os desafios e as possibilidades da escola no que diz respeito à inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, na perspectiva da revisão bibliográfica. O estudo começa com uma contextualização do tema, destacando a importância da inclusão de crianças com autismo nas escolas e os obstáculos que frequentemente surgem nesse processo. O trabalho explora conceitos-chave, como inclusão, TEA, adaptações curriculares e as teorias de autores relevantes que fundamentam a discussão sobre o desenvolvimento e aprendizagem de crianças com autismo. Os dados da pesquisa foram possíveis a partir de uma seleção rigorosa, guiada por critérios específicos de inclusão, e destacou trabalhos que direcionam seu foco para os desafios e possibilidades inerentes à inclusão de crianças com autismo nas escolas. Além disso, são discutidas as possibilidades e estratégias alternativas de comunicação que podem ser adotadas para promover a inclusão efetiva, como o trabalho por equipes interprofissionais, uso de tecnologias assistivas e a criação de ambientes inclusivos. A discussão final destaca a importância de uma abordagem inclusiva na educação, enfatizando que a inclusão não beneficia apenas as crianças com autismo, mas toda a comunidade escolar. O estudo ressalta a necessidade de políticas educacionais que promovam a inclusão e forneçam recursos adequados para as escolas lidarem com esses desafios.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Educação. Desafios.

ABSTRACT

The inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in schools is a challenge that requires careful approaches and specific strategies to ensure the adequate development and learning of these children. This work aims to explore the challenges and possibilities of the school with regard to the inclusion of children with autism in the school environment. The research adopts a qualitative approach, from the perspective of a bibliographic review. The study begins with a contextualization of the topic, highlighting the importance of including children with autism in schools and the obstacles that often arise in this process. The work explores key concepts, such as inclusion, ASD, curricular adaptations

¹ Graduada em Pedagogia (ISEC/FASP). Pós-Graduanda do curso de Pós-Graduação lato sensu em Formação Básica para a Educação Básica (UFCG). Email: claudiadiasc611@gmail.com.

² Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Escola de Humanidades da PUCRS. Professora Titular da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Email: nozangela@yahoo.com.br.

and the theories of relevant authors that support the discussion on the development and learning of children with autism. The research data was made possible through a rigorous selection, guided by specific inclusion criteria, and highlighted works that focus on the challenges and possibilities inherent to the inclusion of children with autism in schools. Furthermore, alternative communication possibilities and strategies that can be adopted to promote effective inclusion are discussed, such as work by interprofessional teams, use of assistive technologies and the creation of inclusive environments. The final discussion highlights the importance of an inclusive approach to education, emphasizing that inclusion not only benefits children with autism, but the entire school community. The study highlights the need for educational policies that promote inclusion and provide adequate resources for schools to deal with these challenges.

Keywords: Autism. Inclusion. Education. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma prerrogativa fundamental da educação contemporânea, com o objetivo de oferecer a todas as crianças, independentemente de suas habilidades, a oportunidade de aprender e crescer juntas em ambientes escolares comuns. No entanto, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios singulares que exigem estratégias e abordagens específicas para atender às necessidades individuais dessas crianças.

O aumento do diagnóstico de TEA nas últimas décadas tornou a inclusão de crianças com autismo uma questão de relevância crítica para os sistemas educacionais em todo o mundo. O autismo é um distúrbio do desenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, o que pode tornar a aprendizagem em um ambiente escolar tradicional um desafio significativo. No entanto, a inclusão dessas crianças é vital não apenas para o seu desenvolvimento, mas também para promover uma sociedade mais inclusiva e consciente das necessidades de todos os seus membros.

Para abordar essa questão complexa, este artigo emprega uma abordagem qualitativa, descritiva, na perspectiva da revisão bibliográfica. A revisão da literatura oferece uma base teórica sólida, abrangendo conceitos-chave, teorias educacionais e pesquisas relevantes relacionadas à inclusão de crianças com autismo.

No decorrer deste trabalho, discutiremos os principais desafios enfrentados pelas escolas, como a falta de formação adequada para os professores, a necessidade de adaptações curriculares individualizadas e a importância da comunicação e interação social. Ao mesmo tempo, exploraremos as possibilidades e estratégias que podem ser adotadas para promover a inclusão efetiva, incluindo a formação de equipes multidisciplinares, o uso de tecnologias assistivas e a criação de ambientes inclusivos.

A inclusão não é apenas uma responsabilidade das escolas, mas uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade, com o potencial de enriquecer a vida de todas as crianças e promover uma sociedade mais inclusiva e compassiva. Nesse sentido, ressalva-se a importância de políticas educacionais que promovam a inclusão e forneçam recursos adequados para atender a esses desafios de forma eficaz.

Entender a realidade da pessoa com autismo é cada vez mais necessário, mediante a complexidade que envolve a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nas escolas está se configurando um cenário desafiador de como incluir as pessoas com autismo, onde promovam um ambiente de sala de aula com ensino e aprendizagem voltados para equidade, em que todos participem e sintam-se parte da comunidade escolar. A partir dessa realidade este trabalho tem como objetivo geral explorar os desafios e as possibilidades da escola no que diz respeito à inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar para que desta forma e através dos objetivos específicos seja possível: contribuir para um melhor

entendimento na inclusão e promoção dos direitos inerentes a pessoa com autismo, destacando da importância da família, escola e sociedade ao longo do processo de ensino e aprendizagem; compreender às singularidades dessas crianças, favorecendo o ambiente para que possam ser capazes de conviver, interagir e desenvolver suas habilidades com autonomia.

Os desafios que as crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam ao ingressar na escola, começam com um diagnóstico precoce. A inclusão no ambiente de sala de aula torna-se mais viável quando o professor está capacitado, e a família atua como componente essencial e colaborativo com a escola para o desenvolvimento dos autistas. Sendo que esses indivíduos têm características muito singulares e o seu desenvolvimento depende de uma série de fatores, como por exemplo, a adaptação à escola, aos conteúdos aplicados em sala de aula, a acolhida por parte dos professores e colegas e do suporte que esse aluno irá precisar para poder permanecer no ambiente escolar.

Assim, para que possam permitir a inserção desse aluno no ensino regular, é necessário que ocorra sua inclusão com todas as garantias pertinentes às suas habilidades, que são diferentes do aluno que não possui uma deficiência, já que eles aprendem de jeito e tempo distinto dos demais.

A escola como lugar de inclusão, socialização e aprendizagem, precisa de ferramentas e profissionais qualificados para que aconteça o acolhimento favorecendo a socialização e a relação de ensino e aprendizagem, já que a pessoa com autismo possui peculiaridades no seu desenvolvimento que afeta suas habilidades de comunicação, cognitivas e sociais. Desse modo, é importante considerar que toda criança tem seu tempo e forma de aprender e que o ensino deve ser direcionado nesta expectativa, valorizando o conhecimento prévio dos educandos e promovendo uma educação de equidade.

A perspectiva para este trabalho é de ampliar cada vez mais a pesquisa sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando melhores condições deste público no ambiente escolar, na família e no contexto em sociedade. Espaço esse, em que o autista possa minimizar suas dificuldades e entendam que têm uma função e participação relevante na construção do meio em que estão inseridos e que compete também a família fornecer e as melhores condições de vida a criança com TEA, para que evoluam e cresçam com autonomia que todo ser humano necessita.

Para elaboração deste artigo foram utilizados livros que abordam a temática, igualmente pesquisas em sites científicos com a finalidade de um estudo/análise da realidade e da vivência da criança autista dentro do ambiente escolar, visando desenvolver experiências que proporcione um diferencial na vida das crianças com autismo, buscando a inclusão e ampliando os horizontes onde eles possam crescer com autonomia e sabendo que são parte do contexto social que estão inseridos.

Entretanto, esta pesquisa apresenta alguns desafios e possibilidades para a inclusão da criança com autismo no ambiente escolar. A partir dos objetivos e do tema escolhido a

abordagem será feita da seguinte forma: 2 Autismo e escola: primeiros passos para a inclusão, e subdivididos em três tópicos: 2.1 Conhecendo o autismo; 2.2 Legislação de apoio a criança com autismo e o 2.3 A escola como espaço de inclusão.

2 AUTISMO E ESCOLA: PRIMEIROS PASSOS PARA A INCLUSÃO

2.1 Conhecendo o Autismo

O autismo tem ganhado cada vez mais atenção e abrangência nos últimos anos. Ele se manifesta de diversas maneiras, afetando a comunicação, a interação social e o comportamento, e é caracterizado por uma ampla gama de sintomas e graus de gravidade, como já foi apontado na descrição do DMS-5.

O termo “Transtorno do Espectro Autista” reflete essa diversidade, reconhecendo que o autismo não é uma condição homogênea, mas sim um espectro que abrange uma variedade de características e necessidades. Através de estudos e uma investigação minuciosa, Kanner, 1943 observou: inabilidade para manter relações com as pessoas; amplo conjunto de retrocessos e alterações na obtenção e no uso da linguagem; obsessão em conservar o ambiente intacto; repetição de um conjunto restrito de atividades de forma ritualizadas, além de afastamento social (ORRÚ, 2012).

Conforme Costa conceitua, o autismo é:

Uma desordem neurológica que afeta a capacidade do indivíduo de se comunicar ou estabelecer relações com as pessoas e o ambiente, apresentando restrições por atividades, além de abranger sintomas complexos que variam de indivíduo para indivíduo, necessita ser diagnosticado na mais tenra idade, haja vista, que o tratamento precoce pode influenciar no avanço do desenvolvimento da pessoa com deficiência (2017, p.34).

Dessa forma, o TEA desde sua descoberta, há diferentes compreensões, mas todas afetam o desenvolvimento neurológico, provocando alterações no processo de interação e a comunicação, sendo manifestado até os dois anos de idade (Costa, 2017).

Conforme destaca o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014), uma das características mais comuns do autismo é a dificuldade na comunicação. Isso pode se manifestar como atrasos na fala em crianças pequenas, bem como problemas na compreensão e uso da linguagem não verbal, como gestos e expressões faciais. Além disso, muitas pessoas com autismo enfrentam desafios significativos na interação social, o que pode incluir dificuldades em estabelecer amizades e compreender as normas sociais.

O DSM-5 aponta outra característica marcante que é a presença de padrões repetitivos de comportamento. Isso pode incluir a repetição de movimentos, como balançar o corpo ou bater as mãos, bem como a insistência em rotinas fixas. Algumas pessoas com autismo também têm interesses muito específicos e profundos em determinados tópicos, demonstrando conhecimento excepcional nessas áreas (DSM-5, 2014).

Ainda de acordo com o DSM-5 (2014) as sensibilidades sensoriais são comuns no transtorno do espectro autista, com indivíduos podendo ser hipersensíveis ou hipoativos a estímulos sensoriais, como luz, som, tato, cheiro e objetos giratórios. Essas sensibilidades

podem limitar a forma como uma pessoa com autismo experimenta o ambiente ao seu redor, impossibilitando o seu desenvolvimento.

A compreensão do Transtorno do Espectro Autista, inclui uma longa jornada histórica de estudos e, por sua vez, também apresenta junto a essa classificação a Síndrome de Asperger (denominado nos estudos de Asperger de ‘Psicopatia Autística’), e ambos foram marcados como distúrbios psiquiátricos que afetam o processo de socialização e da comunicação desde a tenra idade (Silva, 2022). Isso desencadeia uma série de impactos no desenvolvimento, abrangendo áreas como a interação social, comunicação, imaginação e outros aspectos fundamentais. É importante ressaltar que, embora esse transtorno possa apresentar desafios significativos, indivíduos que as vivenciam muitas vezes demonstram habilidades notáveis e, em alguns casos, até mesmo prodigiosas.

Em sua pesquisa pioneira, Leo Kanner (1943) denominou o autismo como “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”. Ele descreveu sintomas distintos, como a ausência de conexão com o ambiente, comportamento isolado, dificuldade na comunicação, aparente funcionamento cognitivo normal, comportamentos repetitivos, preferência por rotinas, ecolalia e início precoce, com uma predominância significativa no sexo masculino (Silva, 2022).

Enquanto isso, Hans Asperger (1943) introduziu a ideia de “Psicopatia Autística” em seu estudo. Ele observou uma grave deficiência na interação social, uso peculiar da linguagem, descoordenação motora e uma tendência ao sexo masculino. Além disso, Asperger descreveu casos clínicos detalhados, incluindo histórico familiar, características físicas e comportamentais, resultados em testes de inteligência, comportamentos estereotipados e enfatizou a importância da abordagem educacional para esses indivíduos (Silva, 2022). Para Silva (2022, p.25): “A história sobre o TEA desde Kanner e Asperger, aponta para a presença de diferentes teorias que buscam explicar as causas do transtorno, marcando as propostas pedagógicas e terapêuticas, as formas de relação a serem estabelecidas [...]”.

O início precoce, o perfil de sintomas distintos e a cronicidade dessas condições sugerem que fatores biológicos desempenham um papel central na sua etiologia. Muitos estudos vêm sendo conduzidos com o objetivo de proporcionar às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a oportunidade de levar uma vida que se assemelha aos que não possuem deficiência, e isso depende consideravelmente de um diagnóstico preciso, uma vez que o TEA é, em sua essência, um transtorno de base neurobiológica.

2.2 Legislação de apoio à inclusão de pessoas com autismo na escola

Para enfrentar os desafios da inclusão de pessoas com autismo no ensino regular, é essencial compreender as leis que garantem seu acesso e amparo em todos os contextos da sociedade, com ênfase na escola.

A Constituição Federal de 1988, como marco legal fundamental, estabelece a educação como um direito de todos, um dever do Estado e da família, e a promoção desse direito deve contar com a colaboração da sociedade. Ela tem como objetivo primordial favorecer o desenvolvimento da pessoa e prepará-la para o exercício da cidadania, bem como sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A Lei nº 9.394/96, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destaca a educação especial como uma modalidade de ensino a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, abrangendo educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996). Em conformidade com essa lei, o sistema de ensino tem a obrigação de se adaptar para atender às necessidades educacionais especiais, assegurando uma educação inclusiva conforme previsto em seu artigo 59. Isso garante aos educandos com autismo e outras condições a igualdade de oportunidades no ambiente escolar e, portanto, os direitos necessários para sua plena participação e desenvolvimento educacional. Nesse caso, refletindo acerca de:

currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...]; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins [...]; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996, p. 19-20).

Em uma abordagem inclusiva, o Decreto nº 8.368 de 2014 regulamenta a Lei nº 12.764, conhecida como Lei Berenice Piana que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A educação, de forma inequívoca, ocupa um lugar de destaque nessa regulamentação, estabelecendo que:

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior (Brasil, 12.764/2012).

Dentro dessa abordagem, há um direcionamento claro que delineia o caminho metodológico para a inclusão educacional de crianças com TEA. Essas diretrizes legais viabilizam o processo de ensino e aprendizagem ao longo de toda a jornada educacional dessas crianças.

A Lei Brasileira de Inclusão (2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça a garantia, promoção e exercício dos direitos, em igualdade de condições, e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando a inclusão social e a cidadania plena. Compreender o desenvolvimento do conhecimento de crianças com TEA é um desafio complexo que requer um esforço significativo da equipe escolar.

É crucial reconhecer que as características peculiares dessas crianças podem representar desafios para seu desenvolvimento, mas a legislação busca garantir que elas tenham acesso a uma educação inclusiva que respeite suas singularidades e promova seu pleno potencial. Mas, é preciso que os familiares também exijam a aplicação da lei junto aos órgãos competentes, para que ela possa sair do papel e faça valer esses direitos para quem de fato precisa.

2.3 A escola enquanto espaço de inclusão

A escola desempenha um papel crucial como um ambiente rico em interações para as crianças, sendo o segundo em importância após a família. Nesse espaço, elas desenvolvem relações interpessoais e aprendem a conviver com a diversidade, incluindo aquelas crianças que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como Mantoan (2003) enfatiza, a inclusão não é apenas necessária, mas fundamental para melhorar as condições da escola, permitindo que se formem gerações mais preparadas para viver a vida em toda a sua plenitude, sem preconceitos ou barreiras.

É importante ressaltar que as escolas estão fazendo esforços para educar as crianças com TEA, mas a complexidade desse transtorno tem sido um desafio para a comunidade escolar. Essas crianças frequentemente apresentam características que afetam a comunicação, a socialização e o comportamento (Pimentel; Fernandes, 2014). No entanto, as escolas contam com o suporte da equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e para melhorar o desempenho dos professores, é fundamental ter o apoio de uma equipe multidisciplinar para abordar questões internas e aspectos relacionados à educação desses alunos.

Além disso, é essencial que todos os envolvidos se preparem e façam esforços contínuos para compreender a complexidade da inclusão, uma vez que a educação inclusiva apresenta inúmeros desafios. Conforme destaca Carvalho (2010, p. 98): “a proposta inclusiva visa uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, rotule ou exclua alunos com desafios, e que enfrente o problema do fracasso escolar sem adiamentos, atendendo à diversidade de características de seus alunos”.

Portanto, a inclusão educacional vai além de manter o aluno na sala de aula; ela envolve proporcionar condições de acesso a espaços, práticas pedagógicas e processos de ensino e aprendizagem que permitam o pleno desenvolvimento de cada aluno. Isso requer a formação de todo o corpo docente e estruturas escolares adequadas. Como Mendes (2010, p. 32) salienta, “a mera presença na sala de aula não garante uma educação de qualidade, sendo a inclusão um processo que requer tempo, abrangendo não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar”.

Dessa forma, o processo de inclusão demanda que as escolas se preparem e assumam a responsabilidade de acolher todos os alunos. Isso envolve a promoção da Educação Inclusiva, a análise da realidade de cada escola e a formação profissional para lidar com as dificuldades que surgem ao longo do processo de ensino e aprendizagem. É fundamental que os espaços escolares sejam estruturados para promover a inclusão de todas as crianças, respeitando as particularidades de cada indivíduo.

A escola é lugar de ensino e aprendizagem, como também de socialização, é neste sentido, que se faz necessário ressignificar as práticas pedagógicas, fortalecendo as especificidades existentes em cada indivíduo. Para que a criança com autismo seja incluída no ambiente escolar é preciso do alinhamento da escola com a família, como também a adequação do currículo e materiais pedagógicos que valorizem suas características e com isso, possam desenvolver as habilidades próprias do aluno com autismo.

Para Mantoan (2003) a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. É nessa perspectiva que buscamos encontrar caminhos que minimizem as diferenças e transformem a realidade de alunos e alunas com autismo e a escola como ambiente protagonista de promoção e inclusão do ser humano.

Ensinar para a inclusão social, utilizando os instrumentos pedagógicos da escola e inserindo também a família, é fortalecê-la como núcleo básico das ações inclusivas e de cidadania. Para a escola realizar uma educação adequada, deverá, ao incluir o educando no meio escolar, incluir também a sua família nos espaços de atenção e atuação psicopedagogia (Cunha, 2012, p. 90).

A busca pela inclusão e o fortalecimento dos vínculos necessita prioritariamente da família como suporte na performance da escola e do educador junto ao aluno com autismo procurando colocá-los no centro das ações, levando-os a ocupar os espaços e participar das atividades propostas a sua realidade juntamente com as demais crianças promovendo a inclusão e permitindo que todos possam conviver, de acordo com suas capacidades. Durante

esse processo o apoio da família é fundamental, assim como um diagnóstico precoce para que haja o desenvolvimento dessas crianças e elas sintam-se parte da realidade em todos os ambientes que se façam presentes.

A adequação da escola na preparação do currículo para atender da melhor forma possível a criança com TEA é essencial. Cabe à família saber como lidar com os diversos comprometimentos que a criança com TEA venha a apresentar, além do apoio da sociedade no desenvolvimento e na interação com o meio social, os conectando com o mundo real. Fonseca (1998) demonstra que é preciso adequar o conteúdo ao estilo cognitivo apresentado pela criança autista. E caso seja necessário, adequar o conteúdo de verbal para não verbal, de abstrato para concreto.

O currículo flexível que acolhe as adaptações curriculares tem na sua proposta pontos de destaque, como por exemplo, a compreensão de que a decisão da necessidade de adaptações não é individual (do professor ou do orientador), mas sim de responsabilidade de todos os envolvidos e, por isso, distribui as responsabilidades para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, incluindo a família (Minetto, 2008).

É nesta perspectiva inclusiva que a escola, assim como os demais envolvidos na educação da criança com autismo percebam a necessidade de se qualificar para que a inclusão ocorra de forma completa, ou seja, em prol de adaptações que estabeleçam as mudanças ou flexibilizações necessárias ao currículo das escolas e que venha a contribuir com a aprendizagem e transformem a realidade dessas crianças.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, buscando a compreensão aprofundada dos desafios e possibilidades da escola na inclusão de crianças com autismo. A abordagem qualitativa permite uma análise detalhada de experiências, percepções e práticas, sendo apropriada para investigar questões complexas e multifacetadas, como a inclusão de crianças com TEA.

De acordo com Creswell (2013), a pesquisa qualitativa é particularmente adequada quando se deseja explorar em profundidade fenômenos complexos e compreender as perspectivas e experiências das pessoas envolvidas. Nesse contexto, a revisão bibliográfica desempenha um papel crucial na construção do embasamento teórico, fornecendo informações sobre o autismo, inclusão educacional, teorias do desenvolvimento, adaptações curriculares e pesquisas anteriores relevantes.

Conforme destacado por Flick (2018), a análise da revisão bibliográfica envolve a organização e a síntese dos conceitos, teorias e pesquisas relevantes para criar uma base teórica sólida para a discussão do artigo. A metodologia proposta permite uma investigação aprofundada dos desafios e possibilidades da escola na inclusão de crianças com autismo, combinando uma base teórica sólida com reflexões práticas de estudos. Essa abordagem busca contribuir para o entendimento e aprimoramento da inclusão de crianças com autismo nas escolas, promovendo um ambiente mais inclusivo e adequado ao desenvolvimento de todas as crianças.

A escolha pela pesquisa qualitativa se justifica, uma vez que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema complexo, envolve diversas variáveis e fatores que precisam ser compreendidos em profundidade.

A revisão bibliográfica, como parte integrante da metodologia, desempenha um papel fundamental na construção do embasamento teórico do estudo. Assim, a pesquisa se baseia em um sólido alicerce teórico, permitindo uma análise crítica das informações disponíveis e a identificação de lacunas de conhecimento.

Conforme Flick (2018) a análise da revisão bibliográfica envolve a organização e a síntese dos conceitos, teorias e pesquisas relevantes. Isso é fundamental para criar uma base teórica sólida que servirá de referência ao longo da pesquisa, facilitando a interpretação dos resultados e a elaboração das discussões. Essa etapa garante que o estudo seja rigoroso e embasado, promovendo a confiabilidade e validade dos achados.

Para a condução da pesquisa bibliográfica, inicialmente, realizamos uma busca na base de dados da *Scientific Electronic Library (Scielo)*, conhecida no Brasil como Biblioteca Eletrônica Científica em formato eletrônico. Ela foi escolhida devido os periódicos que a compõem serem de maior impacto e de confiabilidade. Com foco em artigos relevantes, foram utilizados os seguintes descritores: “Inclusão e TEA” (24 artigos), “TEA e Escola” (18 artigos) e “Autismo e Escola” (28 artigos). Ao todo foram encontrados um total de 70 trabalhos. Destes apenas três foram selecionados tendo em vista os critérios de exclusão adotados.

O primeiro critério de exclusão para seleção dos artigos se deu tendo em vista o período de tempo de 2021 a 2023, sendo uma decisão estratégica, dada a dinâmica de evolução das pesquisas sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola. Essa abordagem temporal nos permitiu abranger as pesquisas mais recentes e significativas. Além disso, estabelecemos critérios de inclusão que priorizaram trabalhos que enfatizassem o objetivo central deste estudo, que consiste em analisar os desafios e as

possibilidades da inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar. Também foram descartados os trabalhos repetidos, os que não tinham nenhuma relação com a escola básica e os que estavam em inglês, pois o interesse é o de compreender a realidade brasileira. A etapa de busca e seleção resultou na identificação de três trabalhos relevantes, que serão minuciosamente examinados nas seções subsequentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na condução desta pesquisa bibliográfica, a busca criteriosa na base de dados do *Scielo*, centrada nos descritores “Inclusão e TEA” (24 artigos), “TEA e Escola” (18 artigos) e “Autismo e Escola” (28 artigos), revelou uma gama de artigos que abordam a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na esfera educacional. A delimitação temporal entre 2021 e 2023 foi estrategicamente escolhida para capturar as nuances das pesquisas mais recentes e significativas, refletindo a dinâmica em constante evolução nesse campo. A seleção rigorosa, guiada por critérios específicos de inclusão, destacou trabalhos que direcionam seu foco para os desafios e possibilidades inerentes à inclusão de crianças com autismo nas escolas. Este enfoque direcionado resultou na identificação de três trabalhos, que serviram como pilares fundamentais para a análise detalhada desta seção.

A revisão desses artigos pôde proporcionar reflexões valiosas sobre as práticas inclusivas adotadas e os obstáculos enfrentados no contexto escolar. Ao analisar criticamente essas fontes, buscamos não apenas compreender os desafios enfrentados pela inclusão de crianças com TEA, mas também identificar estratégias eficazes que podem melhorar significativamente o ambiente educacional para esse grupo específico. A minuciosa examinação desses estudos contribuirá para o aprimoramento do conhecimento existente e fornecerá subsídios valiosos para futuras pesquisas e práticas no domínio da inclusão educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

A seguir, os três artigos selecionados, de acordo com os critérios apresentados anteriormente:

Tabela 01: Artigos encontrados na base de dados do *Scielo*

Autores(as)	Título	Ano	Periódico
Clariana Andrioli Romeu Rosana Ap. Salvador Rossit	Trabalho em Equipe Interprofissional no Atendimento à Criança com Transtorno do Espectro do Autismo	2022	Revista Brasileira de Educação Especial
Débora Regina de Paula Nunes João Paulo da Silva Barbosa Leila Regina de Paula Nunes	Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: uma Revisão da Literatura	2021	Revista Brasileira de Educação Especial
Lyanny Araujo Francês Amélia Maria Araújo Mesquita	As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo	2021	Revista Brasileira de Educação

Fonte: a autora.

Os três artigos selecionados abordam diferentes perspectivas relacionadas ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no contexto educacional. O primeiro artigo, de Clariana Andrioli Romeu e Rosana Ap. Salvador Rossit, publicado na Revista Brasileira de Educação Especial em 2022, concentra-se na importância do trabalho em equipe interprofissional no atendimento a crianças com TEA. Este artigo destaca a relevância da colaboração entre profissionais de diferentes áreas para oferecer um suporte mais abrangente e eficaz a essas crianças. Aborda a relevância do trabalho interprofissional colaborativo no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e objetiva analisar publicações que se concentram nessa prática. A revisão integrativa, abrangendo o período de 2016 a 2021, utilizou diversas bases de dados e resultou na inclusão de oito estudos, os quais foram avaliados por meio de revisão cega e seguindo o fluxograma PRISMA.

Os resultados destacam que a implementação de práticas colaborativas, juntamente com a estrutura organizacional e formulação de políticas, contribui para o desenvolvimento de modelos eficazes de intervenção em casos de autismo. Os estudos analisados evidenciam a necessidade de pesquisa na área da Educação, ressaltando a importância da adesão dos responsáveis durante o tratamento e da melhoria na comunicação e integração entre escola e família.

Para as autoras:

Considerando a complexidade e os multideterminantes que afetam o desenvolvimento da pessoa com TEA e no sentido de atender às demandas presentes nos diferentes casos, o plano de intervenção com objetivos e metas comuns deve ocorrer de modo integrado entre profissionais da área da Saúde e da Educação, na perspectiva de alcançar melhores resultados. Nesse contexto, a família torna-se um elemento essencial na composição da equipe, podendo contribuir com informações e prioridades relacionadas ao desenvolvimento da pessoa com TEA (Romeu; Rossit, 2022, p.640).

Nesse sentido, a implementação de intervenções precoces emerge como um apoio valioso para promover o desenvolvimento de autonomia, habilidades sociais e de comunicação em crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Uma estratégia robusta para abordar os desafios associados ao TEA é a adoção do trabalho em equipe, fundamentado na prática colaborativa. A colaboração interprofissional, nesse contexto, figura como um elemento crucial que pode significativamente influenciar a melhoria dos cuidados de saúde e dos resultados educacionais para essas crianças.

Além disso, as análises revelam que os profissionais envolvidos no atendimento a crianças com TEA necessitam de formação específica para compreenderem o trabalho interprofissional como um processo dinâmico. Isso implica na compreensão de como diferentes profissões podem trabalhar de maneira integrada, identificando demandas, construindo planos de intervenção e reconhecendo os papéis e responsabilidades dentro da equipe. O estudo, portanto, enfatiza a importância não apenas da colaboração entre profissionais, mas também da formação adequada para maximizar a eficácia dessas práticas colaborativas no contexto do atendimento a crianças com TEA.

Corroborando com esse ponto de vista, a lei 7.611/2011 explica que:

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas, público alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (Art. 2º da Lei 7.611/2011).

Essas iniciativas viabilizam o acesso de crianças com autismo a serviços de qualidade, promovendo, por conseguinte, um desenvolvimento saudável. A identificação precoce por meio de diagnóstico é crucial para entender as necessidades individuais dessas crianças, possibilitando a definição de metas e objetivos personalizados para cada caso.

A capacitação dos serviços de atendimento contribui para uma compreensão mais abrangente por parte dos profissionais em relação às crianças autistas. Dessa forma, o

tratamento transcende a abordagem exclusivamente medicamentosa, tornando-se multidisciplinar e, assim, mais eficaz.

Desse modo, a Prática Interprofissional Colaborativa (PIC) refere-se a uma interação contínua e negociação entre os profissionais, destacando a importância das especialidades individuais e das contribuições únicas que cada membro da equipe pode oferecer no cuidado da pessoa. Dessa forma, a ênfase na atenção centrada no paciente ou na pessoa é reconhecida como uma estratégia eficaz para a organização dos sistemas de saúde, abordando de maneira eficiente as demandas, superando a fragmentação das ações e otimizando a rede de atendimento.

O segundo artigo, de Débora Regina de Paula Nunes, João Paulo da Silva Barbosa e Leila Regina de Paula Nunes, publicado na Revista Brasileira de Educação Especial em 2021, aborda a comunicação alternativa como uma ferramenta para alunos com autismo. A revisão da literatura explora estratégias alternativas de comunicação que podem ser implementadas na escola para melhorar a interação e a participação desses alunos.

Neste aspecto, a pesquisa focaliza na eficácia da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), examinando particularmente a aplicação dessa abordagem em contextos escolares. O estudo, por meio de uma revisão integrativa da literatura, amplia pesquisas anteriores ao analisar o uso da CAA por alunos com TEA na escola regular. A busca abrangeu o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o catálogo eletrônico de teses e dissertações dessa agência.

As oito pesquisas selecionadas, realizadas entre 2015 e 2018, envolveram participantes com idades entre 3 e 12 anos que utilizavam sistemas de comunicação assistida, principalmente pranchas/álbuns de CAA ou pictogramas avulsos. Todos os estudos ocorreram na sala de aula regular ou nas Salas de Recursos Multifuncionais, com dois deles incluindo o ambiente domiciliar. Embora a comunicação com CAA em contextos naturais tenha envolvido interlocutores familiares, foram identificadas lacunas nos aspectos pragmáticos da comunicação dos alunos.

Segundo os autores,

Os registros indicaram, por fim, que os episódios interativos do aluno com a estagiária foram mais frequentes do que com a professora da turma. Esse dado expõe as dificuldades em definir as atribuições dos profissionais de apoio de alunos com TEA em classes comuns. Em consonância com outras pesquisas, a presença de mediadores na sala de aula pode impactar o protagonismo docente, que se percebe desobrigado em ensinar o aluno, levando-o a interagir mais com o auxiliar do que com o professor regente e os demais colegas (Nunes; Barbosa; Nunes, 2021, p. 661-662).

A predominância observada foi na comunicação imperativa, com foco principalmente em comportamentos pragmáticos de solicitação. Apesar das limitações identificadas, os estudos apresentaram resultados positivos sobre o uso da CAA para alunos com TEA, destacando sua eficácia. Essa análise ressalta a importância de considerar não apenas a efetividade clínica, mas também os aspectos pragmáticos da CAA em ambientes educacionais, fornecendo reflexões valiosas para a implementação dessa abordagem na escola regular.

Já o artigo de Lyanny Araujo Francês e Amélia Maria Araújo Mesquita, publicado em 2021 na Revista Brasileira de Educação, lança luz sobre às experiências de uma criança com TEA nos espaços-tempos da escola. Essa análise proporciona uma visão mais íntima das vivências cotidianas, enriquecendo nossa compreensão sobre como o ambiente escolar que pode ser adaptado para melhor atender às necessidades das crianças com autismo. Em conjunto, esses artigos fornecem uma base sólida para a análise aprofundada dos desafios e oportunidades relacionados à inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar.

O terceiro artigo proporciona uma perspectiva única ao explorar a escola sob a ótica de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), utilizando a metodologia da etnografia e fundamentando-se na Sociologia da Infância. A abordagem metodológica escolhida enriquece a compreensão ao oferecer um olhar aprofundado sobre as experiências vivenciadas pela criança no ambiente escolar. A análise de conteúdo, aplicada para sistematização, revela categorias que destacam a busca da criança com TEA por significado em suas experiências, demonstrando uma abordagem ativa na construção de suas interações com colegas e adultos, assim como na desconstrução de regras preestabelecidas nos espaços-tempos escolares (Francês; Mesquita, 2021).

Fundamentados pela perspectiva da Sociologia da Infância, os autores partem da premissa de reconhecer a criança como um sujeito ativo capaz de produzir suas próprias culturas infantis. Essa abordagem possibilita reflexões mais profundas sobre as concepções de infância e o papel da criança no contexto educacional. O reconhecimento da criança como um sujeito ativo e protagonista de sua própria história impulsionou a realização de investigações específicas sobre essa categoria geracional e suas particularidades (Francês; Mesquita, 2021).

Para Francês e Mesquita (2021), ao associar esse pressuposto à discussão da inclusão educacional, surge um desafio que introduz diversas perspectivas para problematizar, refletir e analisar a inclusão com foco na criança com deficiência. Isso não apenas enriquece a

discussão sobre a escola e suas práticas, mas também amplia o entendimento sobre a inclusão ao considerar a criança como o protagonista central desse processo.

O estudo ressalta a urgência de dar voz à criança em suas diversas formas de expressão. Destaca-se a importância de ouvir atentamente suas experiências, especialmente no contexto do TEA, para informar e aprimorar práticas educativas que respeitem sua singularidade geracional. A chamada à ausculta da criança sugere uma mudança de paradigma na abordagem da estrutura organizacional dos espaços-tempos da escola, instigando a ruptura com modelos lineares e promovendo ambientes mais inclusivos e adaptados às necessidades específicas das crianças com TEA.

Para os autores

a peculiaridade do modo de ser e estar da criança com TEA na infância acaba sendo declinado em detrimento da deficiência e faz com que ela aprofunde estereótipos de diversas categorias, que desvalorizam sua potencialidade, sua capacidade de criar hipóteses, sendo vista como uma criança ora inábil, ora desinteressada, por não realizar algumas atividades delineadas em tempos similares para as demais crianças, desconsiderando suas especificidades. Ouvi-la e respeitá-la em sua maneira de ser possibilita aos adultos conhecer suas realidades, tornando-se possível planejar um cotidiano institucional que venha ao encontro de seus interesses (Francês; Mesquita, 2021, p. 15).

Nesse sentido, a conexão com a cultura do mundo adulto está intimamente ligada à forma como os adultos reagem às iniciativas das crianças nos ambientes escolares. Portanto, é primordial reformular as concepções dos adultos em relação à infância, considerando-a como uma classe geracional diversificada, e em relação à criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de estabelecer um contexto mais inclusivo.

Ao final dessa análise, compreendemos que os três textos em questão abordam o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no contexto escolar, cada um com uma perspectiva distinta. O primeiro artigo destaca a importância do trabalho colaborativo entre profissionais de diferentes áreas para aprimorar os atendimentos oferecidos a crianças com TEA. O estudo enfatiza a necessidade de práticas colaborativas, um sistema organizacional eficiente e formulação de políticas para desenvolver modelos eficazes de intervenção em casos de autismo. Além disso, ressalta a importância da pesquisa na área da Educação, da adesão dos responsáveis durante o tratamento e do aprimoramento na comunicação e integração entre escola e família.

No que diz respeito ao segundo artigo, o foco está na efetividade da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) para alunos com TEA na escola regular. Este estudo, por meio de uma revisão integrativa da literatura, busca ampliar o conhecimento sobre os contextos nos

quais a CAA é utilizada. Apesar dos resultados positivos sobre o uso da CAA, são identificadas lacunas nos aspectos pragmáticos da comunicação, especialmente relacionadas à predominância da comunicação imperativa e aos comportamentos pragmáticos de solicitação.

Já no terceiro artigo, o enfoque recai sobre a escola vista a partir da perspectiva de uma criança com TEA. Utilizando instrumentos metodológicos da etnografia, o estudo, conduzido à luz do referencial da Sociologia da Infância, busca compreender as experiências vivenciadas nos espaços-tempos escolares por meio das múltiplas formas de expressão dessa criança. O artigo destaca a necessidade de ouvir a criança em suas diversas formas de expressão para contribuir para a efetivação de práticas educativas que respeitem seus traços geracionais, rompendo com os modos lineares de pensar a estrutura organizacional da escola.

Os desafios comuns apresentados nos textos residem na necessidade de abordagens mais colaborativas e interprofissionais no contexto escolar para atender efetivamente às necessidades das crianças com TEA. Os estudos destacam lacunas nos aspectos pragmáticos da comunicação, a necessidade de pesquisa na área da Educação, adesão dos responsáveis, aprimoramento na comunicação e integração entre escola e família. A solução proposta inclui a implementação de práticas colaborativas, melhorias no sistema organizacional, formulação de políticas e, no caso do estudo etnográfico, a valorização das experiências singulares da criança com TEA para desenvolver práticas educativas mais respeitosas e inclusivas.

CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas apresenta desafios significativos que demandam abordagens cuidadosas e estratégias específicas. Este estudo, através de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, explorou os obstáculos e as oportunidades associados à inclusão de crianças com autismo. Os resultados destacam desafios cruciais, como a falta de formação adequada para professores, a necessidade de adaptações curriculares individualizadas e a relevância da comunicação e interação social para o desenvolvimento pleno dessas crianças.

Além disso, foram discutidas possibilidades e estratégias para promover a inclusão efetiva, incluindo a formação de equipes multidisciplinares, o uso de tecnologias assistivas e a criação de ambientes inclusivos. A discussão final enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva na educação, ressaltando que a inclusão beneficia não apenas as crianças com autismo, mas toda a comunidade escolar. Destaca-se a necessidade de políticas educacionais

que fomentem a inclusão e forneçam recursos adequados para que as escolas enfrentem esses desafios de maneira eficaz.

O trabalho oferece uma visão abrangente e embasada dos desafios e possibilidades enfrentados pelas escolas ao lidar com a inclusão de crianças com autismo. Sublinha-se a importância da conscientização, da formação e da colaboração como elementos fundamentais para criar ambientes educacionais inclusivos, proporcionando assim o desenvolvimento pleno e igualitário dessas crianças. O estudo destaca a urgência de políticas educacionais sensíveis à inclusão, visando construir uma comunidade escolar que celebre a diversidade e promova oportunidades educacionais igualitárias para todos.

Nesse sentido, compreendemos que a análise das experiências escolares de uma criança com TEA adiciona uma dimensão única ao debate, enfatizando a importância da audição da criança em suas múltiplas formas de expressão. Este estudo aponta para a necessidade de práticas educativas que respeitem as singularidades geracionais das crianças com TEA, instigando uma reflexão sobre os modos lineares de pensar a estrutura organizacional dos espaços-tempos escolares.

Em conjunto, os trabalhos analisados destacam a importância de aprimorar as práticas de inclusão, almejando outras alternativas para o ensino e aprendizagem, visando proporcionar ambientes mais adaptados e respeitosos. A formação de profissionais da comunidade escolar emerge como uma solução comum, indicando a necessidade de sensibilização e compreensão das necessidades específicas dos indivíduos com TEA. Essas conclusões oferecem reflexões valiosas para o avanço das discussões sobre inclusão, apontando para a importância de uma abordagem holística e centrada nas experiências individuais para promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5 /tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento [et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 50-59.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Acesso em: 20 out de 2023.
- BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em Acesso em 26 out. 2023.
- BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 10 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 10 Out de 2023.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- COSTA, F. B. L. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas**. Caicó-RN: UFRN, 2017.
- CRESWELL, John W. **Qualitative in quiry & research design: choosinamongfive approaches**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013.
- CRUZ, Patrícia Machado. **Transtorno do Espectro autista: enlaces pelo olhar e pelo afeto: ser e viver**. Maringá/PR: Viseu, 2022.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2018.
- FONSECA, V. **Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva**. ARTMED, 1998.
- FRANCÊS, L. A., MESQUITA, A. M. A. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira De Educação**, 26, 2021.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2003.
- MENDES, E. G. Histórico do movimento pela inclusão escolar. In: MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, S.P:Junqueira &Martins, 2010.

MINETTO, M. F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2.ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

NUNES, D. R. DE P.; BARBOSA, J. P. DA S.; NUNES, L. R. DE P. Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: uma Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0212, 2021.

OLIVEIRA, A. F. T. DE M., SANTIAGO, C. B. S., TEIXEIRA, R. A. G. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. **Educação E Pesquisa**, 48, 2022.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, jun. 2016.

ORRÚ, S. E. **Autismo, Linguagem e Educação- interação social no cotidiano escolar**. 3 ed.-Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

PETTEN, A. M. V. N. V.; ROCHA, T. C. C.; BORGES, A. A. P. Política de cotas na universidade federal de minas gerais: uma análise do perfil dos alunos com deficiência. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 5, n. 1, p. 127-140, 2018.

PIMENTEL, A. G. L.; FERNANDES, F. D. M. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiology: Communication Research**, 2014.

ROMEU, C. A.; ROSSIT, R. A. S.. Trabalho em Equipe Interprofissional no Atendimento à Criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, p. e0114, 2022.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da. (Orgs.). **Tessituras do fazer pedagógico junto a alunos com transtorno do espectro autista: o cotidiano numa escola especial da Prefeitura de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da. **Transtorno do espectro Autista: o que se esconde por trás do diagnóstico**. In: SILVA, Karla Fernanda Wunder da.; BINS, Katiuscha Lara Genro; CRUZ, Patrícia Machado. **Transtorno do Espectro autista: enlaces pelo olhar e pelo afeto: ser e viver**. Maringá/PR: Viseu, 2022.